

Câmara aprova urgência que acelera a tramitação do PL das Fake News

CÂMARA DOS DEPUTADOS



Presidente Arthur Lira se valeu de prerrogativa para que votação tivesse quórum menor

Aprovada a urgência do PL das Fake News

A Câmara dos Deputados aprovou ontem à noite, com 238 votos a favor e 192 contra, o requerimento de urgência para votação do Projeto de Lei das Fake News, em meio à pressão de um bloco de deputados e das big techs para retardar a análise do texto. Com isso, a matéria deve ser votada diretamente no plenário, sem passar por comissões, na próxima terça-feira.

Lira cobrou publicamente os líderes, durante a sessão, para que cumprissem acordo feito em reunião que durou três horas na sua residência oficial, no início da tarde. Sem chegar a consenso, o presidente afirmou que o regimento interno lhe dava o direito a escolher três votações por legislatura para definir quórum e escolheu o menor para aprovar regimento de urgência. Caso Lira não se valesse da prerrogativa, o governo precisaria de 257 votos.

– A matéria há três anos está pronta para ir ao plenário. Quem for contra é contra. Quem é a favor é a favor. O país precisa, a democracia brasileira precisa desse PL – disse ontem, antes da votação, o líder do governo Lula na Câmara, José Guimarães (PT-CE).

O governo trabalhava para que o mérito do projeto também fosse votado esta semana, mas só conseguiu acelerar a discussão sobre o regime de urgência.

O que o projeto deve prever

- Responsabilização das plataformas por conteúdos impulsionados ou monetizados.
- Remuneração de veículos jornalísticos por conteúdos utilizados pelos provedores.
- Divulgação obrigatória de relatórios sobre moderação de conteúdos pelas plataformas.
- Criação de órgão regulador para verificar o cumprimento da lei pelas empresas.
- Extensão da imunidade parlamentar às redes sociais.

Com isso, a oposição ganhou tempo para negociar o texto, que deve ser entregue amanhã pelo relator, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP). Esta versão final do projeto deve prever, entre outros, que as plataformas sejam responsabilizadas quando houver danos causados por conteúdos cuja distribuição tenha sido feita mediante pagamento às empresas. Elas também serão obrigadas a divulgar relatórios periódicos sobre a moderação de conteúdo (veja acima).

Críticas

Deputados do PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, contestam o projeto, apelidado pelos opositores de PL da Censura, e querem barrar o andamento da proposta. A sigla critica, por exemplo, a criação da entidade autônoma de supervisão pelo Poder Executivo, prevista no projeto.

A agência seria responsável por fiscalizar o cumprimento da lei pelas plataformas e aplicar sanções em caso de descumprimento.

Esse movimento também conta com apoio das big techs, como Google e Meta (controladora do Facebook e do Instagram), que defendem a criação de uma comissão especial na Câmara para analisar o texto antes de levá-lo ao plenário.

Horas antes da votação, representantes de empresas como TikTok e Meta participaram de almoço com deputados promovido pela Frente Parlamentar do Empreendedorismo e pediram que a urgência fosse rejeitada e que os parlamentares apoiassem a criação da comissão especial.

Os representantes também criticaram, na ocasião, vários pontos do projeto, como o que prevê a responsabilidade solidária das plataformas com usuários e a criação do órgão regulador.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Página: 9